



Despacho

2026.01.01

Delegação de Competências no Chefe do Serviço Operacional de Ambiente (SOA)

1. A delegação de poderes está genericamente prevista nos artigos 44.º e seguintes do código do procedimento administrativo (CPA).

A lei n.º 75/2013–12/9, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, prevê, expressamente, no seu artigo 38.º, que o presidente da câmara e os vereadores podem delegar competências nos dirigentes das unidades orgânicas.

A lei n.º 49/2012-29/8, que estabelece o estatuto do pessoal dirigente das autarquias locais, prevê a delegação de competências no seu artigo 16.º.

O código dos contratos públicos, aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, admite a delegação de competências nos seus artigos 109.º e seguintes.

O decreto-lei n.º 197/99–8/6, dispõe sobre o regime jurídico da realização da despesa pública, nomeadamente, sobre a delegação, nos dirigentes municipais, da competência para autorizar despesas até certo montante, no artigo 29.º.

Assim, e tendo ainda em consideração:

- A Organização dos Serviços Municipais publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 238, de 11 de dezembro de 2018;

- As normas de controlo interno, em vigor;

- As normas de execução do orçamento, em vigor, proferidas nos termos do artigo 46.º n.º 1, alínea d) da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

- A delegação de competências da câmara no presidente da câmara, deliberada na reunião do executivo municipal de 13 de outubro de 2021;

- O despacho do presidente da câmara de distribuição de funções e competências (pelouros) pelos membros do órgão executivo, de 14 de outubro de 2021;

2. No que respeita especificamente às áreas de competência (pelouros) do presidente da câmara,

DELEGO, no chefe do Serviço Operacional de Ambiente (SOA), Carlos Manuel Sebastião Cavaco, as seguintes competências:

2.1. Assinar e despachar a correspondência dirigida a quaisquer entidades, bem como toda a documentação referente a procedimentos previamente autorizados, no âmbito das atividades decorrentes do normal desenvolvimento da unidade orgânica;

2.2. Aprovar o mapa de férias e restantes decisões respeitante a férias;

2.3. Justificar faltas;

2.4. Organização e horário de trabalho, no quadro das orientações superiores;

2.5. Autorizar o trabalho extraordinário;

2.6. Autorizar a realização de despesas, designadamente com a aquisição de bens e serviços, até ao valor de 500 euros;

2.7. Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos;

2.8. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas, aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados;

2.9. Praticar atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício das competências decisórias do vereador da câmara.

3. Conforme definido na Organização dos Serviços Municipais (DR 2ª Série, nº99 de 22 de maio de 2025):

3.1. São atribuições e competências do SOA:

a) Operar o sistema de abastecimento de água potável, em alta e em baixa, e assegurar a sua qualidade;

b) Operar o sistema de saneamento de águas residuais, em alta e em baixa, incluindo as águas pluviais, e assegurar a sua qualidade;

c) Operar o sistema de recolha e tratamento de resíduos, e assegurar a sua qualidade;

d) Operar a utilização e funcionamento dos equipamentos que integram os referidos sistemas a seu cargo;

e) Desenvolver as demais atividades que lhe sejam solicitadas no âmbito do SAASR;

f) O SOA, dispõe das instalações, equipamentos e pessoal a ela afetos, que gere no âmbito do SAASR.

4. O Chefe do Serviço apresenta ao vereador da câmara, mensalmente, um relatório resumido do exercício das competências delegadas.

5. Esta delegação de competências tem efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026.